



A CONTABILIDADE COMO PROTAGONISTA NA GESTÃO DE MICROEMPRESAS INDIVIDUAIS

Cintya de Souza Pereira
Vanessa Cristina Silva
Wellington Ap. de Oliveira Moreira¹

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Marinês Santana Justo Smith

Resumo: São muitos os mecanismos disponibilizados pelo governo para a formalização de pequenos negócios. Todavia, diversos estudos demonstram que, a maioria dos empreendedores não utiliza a gestão contábil para exercer o controle das tarefas da empresa, o que insere possibilidades nocivas de falência de forma prematura. Depois de tantos anos da instituição da Lei do Microempreendedor Individual, tem-se como questão de pesquisa: Qual a percepção do Microempreendedor Individual em relação à informação contábil promovida pelo contador para gestão empresarial? Para discutir esta questão, este trabalho tem como objetivo demonstrar a relevância da contabilidade para gestão e no processo de tomada de decisões pelo Microempreendedor Individual, no curso das operações de suas empresas. Este estudo se apoiou, inicialmente, em pesquisa bibliográfica para a formação da base de conhecimento sobre o tema proposto e em seguida apresentou um estudo de caso, sendo que os dados foram coletados através de entrevista e observação. Foi apurado que a contabilidade configura-se como uma relevante protagonista para o cenário do Microempreendedor Individual na busca de eficiência, como fonte de informação para a tomada de decisão e como auxílio no controle interno, tendo como resultado a melhora do desempenho da empresa e aumento de sua capacidade de permanência no mercado.

Palavras-Chave: Microempreendedor. MEI. Contabilidade para pequenas empresas.

1 Introdução

A origem das Microempresas Individuais (MEI) a partir da Lei Complementar nº 128/2008, foi um grande avanço para a regularização de trabalhadores que exerciam suas atividades de maneira informal, que deixavam de contribuir para a previdência e arrecadar impostos para os entes federativos. Foi criada com o intuito de facilitar a abertura da empresa e simplificar o cumprimento dos deveres do empreendedor com o Município, o Estado e a Federação.

¹Alunos regularmente matriculados no curso de Ciências Contábeis do *Uni-Facef Centro Universitário de Franca*.



Todavia, ainda que o MEI tenha recebido tantos incentivos e reduções em relação às burocracias de formalização, isto não é suficiente diante do cenário globalizado atual. Fica cada vez mais difícil sobreviver no mercado econômico que oscila a cada instante diante de tanta concorrência e inovações tecnológicas. Dessa maneira é necessário utilizar todos os recursos gerenciais possíveis para tomar as melhores decisões e antecipar problemas que possam comprometer a estabilidade da empresa. Nesse contexto, a contabilidade gerencial se torna uma ferramenta indispensável para contribuir na solução de tais problemas e proporcionar crescimento no mercado.

O estudo aborda a relação entre a sobrevivência do MEI e a implementação dos recursos da contabilidade como método de gestão. Categorizam-se os métodos fundamentais utilizados na gestão efetiva, com intuito de demonstrar seus objetivos, seu campo de ação dentro da empresa e o resultado que pode ser alcançado com a aplicação dos mesmos.

Em mercados extremamente competitivos, há a necessidade da realização assídua de controles internos e análises externas a fim de evitar a possibilidade nociva de falência da atividade econômica de forma prematura. Após alguns anos da instituição da Lei, analisa-se a alteração do papel do contador junto aos MEI. A partir deste contexto, tem-se como questão e pesquisa: Qual a percepção do Microempreendedor Individual em relação à informação contábil promovida pelo contador para gestão empresarial?

Para discutir esta questão, este trabalho tem como objetivo demonstrar a relevância da contabilidade para gestão e no processo de tomada de decisões pelo Microempreendedor Individual, no curso das operações de suas empresas.

Como metodologia, será analisada a percepção do Microempreendedor Individual em relação à contabilidade gerencial por meio de estudo de caso e aborda a importância da contabilidade gerencial com enfoque no MEI de uma forma simplificada por meio de análise bibliográfica em livros, legislação e sites governamentais.

2 MEI e seu impacto na informalidade seus aspectos relevantes



De acordo Portal do Empreendedor (2017), em todo o Brasil são quase sete milhões de Microempreendedores Individuais, mas ainda temos quase dez milhões de trabalhadores informais, conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que demonstra certa escassez na divulgação e na apresentação do MEI para profissionais que têm fonte de renda menor e moram em cidades menos desenvolvidas e que por sua baixa escolaridade e inabilidade em relação aos mecanismos tributários não tem conhecimento para solicitar a participação no MEI. (PAPP, 2017)

O principal objetivo da criação da modalidade do MEI foi para que trabalhadores informais conseguissem se formalizar, em razão de que ao observar o efeito da informalidade na economia nota-se que a mesma é danosa a todos, pois há desfalque na arrecadação pelo governo, o que diminui sua capacidade de gerir e ampliar sua ação para o desenvolvimento estrutural e econômico do país e também o trabalhador que não tem direitos assegurados como a licença maternidade, aposentadoria e auxílio doença.

Sobre os índices de mortalidade do MEI apresentam-se como os melhores dentre todas as modalidades de tributação, com 87% de sobrevivência nos primeiros dois anos de atividade. O que segundo o SEBRAE (2016) o que torna o MEI mais capaz de sobreviver é a criação das regras de formalização dos MEI (com baixa burocracia e baixo custo para o registro de criação/baixa e manutenção), associadas às estruturas muito pequenas e flexíveis que estes apresentam (predominam empreendimentos de uma pessoa só, sem empregados assalariados).

2.1 Legislação, vantagens e entraves para MEI

As Microempresas individuais tiveram seu surgimento a partir da Lei Complementar nº 128/2008 que foi criada depois de um ano e meio como um derivado da Lei Complementar das Micro e Pequenas Empresas nº 123/2006, foram elaboradas com o intuito de legalizar os trabalhadores informais, desburocratizar a abertura da empresa e criar uma série de benefícios para o aderente dessa modalidade.

Segundo o Portal do Empreendedor (2017), a definição de MEI vem descrita de forma simples: “Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que



trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário”. Ou seja, é o cidadão que se formalizou sem sócios, o que o torna responsável integralmente pela empresa.

Para se tornar um microempreendedor individual é necessário que seja observado algumas regras previstas em Lei, como, ter receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), (limite que é válido apenas até trinta e um de dezembro de dois mil e dezessete, a partir de 2018 (dois mil e dezoito) o limite a ser estabelecido é de R\$81.000,00 (oitenta e um mil reais)), não possuir filiais, não participar como sócio, titular ou administrador de outros estabelecimentos e observar as atividades vetadas para o MEI conforme o art. 18-A da Lei Complementar n. 128, de 19 de Dezembro de 2008:

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. [...] V – O Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas: a) R\$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título a contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo; b) R\$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e c) R\$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS (Brasil, 2008).

É possível apontar vários benefícios como estímulo para a abertura do MEI:

Contribuição previdenciária reduzida à 5% do salário mínimo como descrevem os autores Santos e Veiga (2014), o microempreendedor individual tem direito a auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão por morte, possibilidade de participar de licitações públicas, etc.

Custo reduzido para a contratação de funcionário: o MEI pode registrar um empregado, com custo muito inferior em comparação com outras modalidades de empresas, pagando apenas 3% de previdência e 8% de FGTS do salário mínimo por mês. Com a nova legislação o trabalhador poderá formalizar seu negócio pagando uma parcela fixa mensal de um real a título de ICMS quando a atividade da empresa for igual ou equiparada a comércio e indústria, e uma taxa de cinco reais



de ISS para atividades de prestação de serviço, sendo atualizadas anualmente conforme salário mínimo.

Além de acesso facilitado ao Crédito (por bancos públicos), todo o processo para formalização inicial e a entrega da primeira declaração de rendimentos anual é gratuito e o recolhimento dos tributos desta modalidade é feito a partir de uma guia única de cobrança de impostos e contribuições (DAS – Documento de Arrecadação do Simples).

Mesmo com tantas vantagens ainda existem entraves ocultos como: é aconselhado ao MEI manter um controle de receitas mensais, além de um controle das compras de mercadorias, ou seja, deverá ter um controle das entradas e saídas de mercadorias e ou serviços, e também que é obrigatório a entrega da declaração anual do simples nacional no mês de março.

Uma dos maiores entraves ocultas é que nem todas as atividades empresariais podem ser abertas como MEI, atividades intelectuais e que sejam, regulamentadas (exceto contadores), como consultores, economistas, dentistas, engenheiros e advogados são exemplos de atividades impossibilitadas ao MEI, por serem enquadradas como serviços de naturezas específicas, que exigem formação específica.

No Portal do empreendedor (2017) existe a informação de que o alvará será emitido automaticamente, porém este alvará tem validade provisória, segundo a Lei nº128 “[...] poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o Microempreendedor Individual, para Microempresas e para Empresas de pequeno porte [...]” esse período é de 180 dias, após esse tempo deverá ser providenciado documento juntamente à Prefeitura Municipal. O ideal é que antes de ser dada entrada nos papéis para ser aberto um MEI, seja consultada a Prefeitura local se na área onde se encontra o estabelecimento é permitido comércio e se o mesmo está apto para atender as necessidades de sua empresa, conforme mencionado na Lei.

2.2 A dinâmica da formalização do MEI

Conforme o Portal do Empreendedor (2017) para se formalizar como Microempreendedor Individual, o indivíduo passa por um processo bastante simples e totalmente desburocratizado. A primeira coisa a se fazer é entrar no site do Portal



do Empreendedor, clicar na aba MEI - microempreendedor individual e em seguida na aba formalização-inscrição.

Após essa parte inicial, a única coisa que deverá ser feita será inserir o número do CPF (Cadastro de Pessoa Física) e data de nascimento e logo em seguida preencher campos referentes a outros documentos pessoais como RG e título de eleitor e endereço do cidadão que está se cadastrando.

Também serão exigidos pelo sistema, dados sobre a empresa que está sendo formalizada, como atividade principal e as secundárias, caso houver, que serão executadas pela empresa e o capital social que é o montante inicial, com o qual o empreendedor irá começar a desempenhar as atividades da empresa.

Realizando esse processo, o empreendedor já terá o certificado de inscrição de MEI, onde consta o alvará provisório, e o cartão CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) que é disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil.

Além da formalização no Portal do MEI é obrigatório seguir a legislação do município no qual irão incidir as atividades cadastradas na empresa para obter o alvará de regularização. Cada município segue uma legislação diferente, portanto o processo é diferenciado para cada um.

Em relação às responsabilidades, o MEI, depois que se formaliza, está obrigado apenas a pagar a guia DAS (Documento de Arrecadação do Simples) que é uma guia de recolhimento do regime de tributação Simples Nacional, nela, estão contidos o valor referente à contribuição para a previdência social e o imposto sobre a atividade exercida sobre a empresa, que pode ser o ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) se a atividade for de prestação de serviço ou ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) se caso a atividade for comercial.

A segunda e última obrigação é a prestação de contas ao governo federal que deve ser feita através da Declaração Anual.

Os dois processos podem ser feitos pelo contribuinte diretamente pelo Portal do Empreendedor. Esta possibilidade oferece independência ao MEI, todavia também promove a distância do MEI com o contador e, portanto, da informação contábil para gestão.



3 Contabilidade com foco no MEI

Toda empresa deve fazer uso da contabilidade para gestão, sendo informatizada ou não. O Código Civil que regulamenta o exercício da atividade empresarial dita a necessidade da informação contábil embasada na escrituração de seus livros diário e razão, fazendo correspondência com os documentos referentes de acordo com a Lei 10.406/2002, Art. 1.179. No inciso segundo do mesmo artigo, encontramos a exceção que diz respeito à Microempresa Individual: "§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970".

Quando se fala em contabilidade é bastante comum interpretação equivocada da mesma, pois o tema é tratado como se fosse algo que se faz útil meramente ao controle do governo sobre as empresas, mas ela vai muito além disso.

A contabilidade se ramifica em vários tipos que auxilia tanto de modo informativo para os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, assim como para a tomada de decisões dentro da empresa, atitude que gera maior possibilidade de crescimento econômico por meio de redução de custos diretos e indiretos à realização da atividade, planejamento de projetos a curto e longo prazo, orçamentos, análises e várias outras utilidades que facilitam a gestão, além da segurança disponibilizada pelos procedimentos contábeis. Segundo Marion (2015, p. 5), "contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão".

Quando se enumera todos os benefícios que são de fato proporcionados pela ciência contábil sendo utilizada dentro de um estabelecimento industrial, comercial ou de prestação de serviços, é necessário repensar sobre usá-la ou não dentro da Microempresa Individual. A mesma pode ser dispensada da contabilidade formal, Lei 10.406/2002, Art. 1.179, mas há vários outros fatores que tornam a contabilidade indispensável ao Microempreendedor Individual.

O Portal do Empreendedor (2017) oferece várias ferramentas gratuitas no auxílio do empresário individual, mas vemos alguns pontos que não são abrangidos por esses auxílios, o que torna a prestação de serviços de um contador



extremamente necessária. Temos como exemplo a declaração do IRPF que deve ser feita anualmente para a prestação de contas de pessoa física. Observando as regras do imposto, o empresário, de acordo com sua atividade tem determinado percentual de presunção sobre o lucro das receitas auferidas no exercício e sobre esse valor será incidido o valor da tributação, se o empresário não tiver esse conhecimento, vai declarar tudo que ganhou no exercício anterior o que vai gerar mais imposto a recolher em sua declaração. Outro exemplo, que deve ser feito com cautela é a contratação de funcionário. O processo deve seguir de forma meticulosa a legislação trabalhista, pois qualquer erro na contratação ou dispensa de um funcionário pode causar imensa perda ao empresário em decorrência de processos trabalhistas.

Além de todas as questões legais que devem ser observadas e feitas com devido cuidado, temos a gestão para o crescimento da empresa no mercado. Dentro destas, podemos identificar as análises feitas a partir das demonstrações contábeis da empresa, onde se extraem informações relevantes para aplicação de investimentos, previsão de ganhos e todas as ações necessárias para atingir a previsão e várias outras funcionalidades que agem em prol da empresa.

Devido a um ambiente empresarial cada vez mais competitivo que demanda inovação e visão de negócio, o contador oferece segurança ao Microempreendedor Individual e mais chances de permanência e crescimento no mercado por ser um profissional que detém o conhecimento para atuar tanto na parte legislativa, quanto na parte da gestão que oferece auxílio na tomada de decisões. Todos esses fatores implicam na sobrevivência da empresa o que torna a contabilidade um recurso extremamente necessário para o MEI.

3.1 Recursos e controles da contabilidade para gestão

Em um país como o Brasil onde há forte interferência do governo sobre os ganhos das empresas, é fundamental usar os mecanismos contábeis, não apenas para cumprir com as exigências fiscais, mas sim para a tomada de decisões, onde o objetivo é sempre o crescimento e a estabilidade da empresa no mercado.

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION, 2015, p.1).



A partir desse contexto apresenta-se a seguir mecanismos utilizados pela contabilidade empresarial para a tomada de decisões.

A formação de preço de venda assegura que a empresa obtenha lucro, cubra os custos e que o preço seja atrativo para os clientes.

Segundo Viceconti (2013, p.169), “a fixação dos preços de venda dos produtos de fabricação da empresa é uma tarefa bastante complexa, leva em consideração vários fatores tais como as características de demanda do produto, a existência ou não de concorrentes, haver ou não acordo entre produtores [...]”.

A importância da formação do preço de venda parte da hipótese de que se o preço por determinado produto ou serviço for muito baixo prejudicará o negócio, deixando de cobrir custos e anulando o lucro e um valor muito elevado irá afastar os compradores, que certamente encontrarão um preço mais competitivo em outra empresa.

Conforme Megliorini (2012, p.137), “a margem de contribuição é o montante que resta do preço de venda de um produto depois da dedução de seus custos e despesas variáveis. [...]”, reflete o quanto o lucro da venda do produto contribuirá para a empresa cobrir todos os seus custos e despesas fixas e gerar lucro. A partir disto pode-se calcular a quantidade mínima de produtos que deverá ser vendida para não se ter prejuízo, que é o ponto de equilíbrio contábil (PEC).

A partir da margem de contribuição, também podemos analisar o ponto de equilíbrio econômico que segundo Crepaldi (2009, p. 231) “ocorre quando existe lucro na empresa e esta busca comparar e demonstrar o lucro da empresa em relação à taxa de atratividade que o mercado financeiro oferece ao capital investido.”

Este recurso proporciona a determinação do valor econômico a se obter por cada item vendido. A partir deste método, torna-se possível entender se uma margem é suficiente para determinado produto e ainda conhecer, dentro de um mix de produtos, quais produtos são mais rentáveis.

Markup é um índice que tem como base o custo do produto ou serviço utilizado para a formação do preço de venda, fundamentado sobre a ideia de preço margem, sendo essencialmente a soma ao custo unitário do produto ou serviço uma margem de lucro para atingir-se o preço de venda adequado. Ou seja, o preço



trabalhado deve ser o bastante para suprir os custos, as despesas e impostos e ainda gerar o lucro na venda desejado. Trata-se de uma estimativa classificada como a mais apropriada para o negócio suprir todos os elementos acima descritos.

De acordo com Megliorini (2012, p.236) “markup consiste em uma margem, geralmente expressa na forma de um índice ou percentual, que é adicionada ao custo dos produtos”.

Em relação ao controle de estoques é um dos mecanismos mais relevantes para a gestão da empresa, é um dos fatores que influenciam no custo e no preço dos itens produzidos pela empresa. Estoques são uma série de recursos materiais a disposição da empresa, ou seja, podem ser figurados como o conjunto de matérias primas, produtos em fabricação, produtos acabados, etc. nas indústrias, pelas mercadorias nas empresas comerciais e podem também ser itens utilizados como suprimentos para a manutenção e conservação da estrutura da empresa.

A organização do estoque evita acúmulo ou falta de produtos, além de ajudar a controlar as finanças e o espaço físico da empresa” e aponta alguns procedimentos necessários para eficácia no controle da mercadoria: deve-se “registrar no Controle de Estoque a quantidade, o custo unitário e o custo total das mercadorias/produtos vendidos, periodicamente, confirmar se o saldo apurado no Controle de Estoque “bate” com o estoque físico existente na empresa e calcular no Controle de Estoque o saldo em quantidade, custo unitário e custo total das mercadorias/produtos que ficaram em estoque.(SEBRAE, 2017)

Também é notório que o orçamento é um dos meios mais relevantes para o êxito das empresas. Fundamenta-se a partir dos objetivos da empresa, faz-se a análise das qualidades e das limitações e objetiva destinar os recursos de forma efetiva de acordo com as oportunidades identificadas no meio ambiente.

“Um orçamento é a expressão de um plano de ação futuro da administração para determinado período. Ele pode abranger aspectos financeiros e não financeiros desses planos e funciona como um projeto para a empresa seguir no período vindouro.”(HORNGREN, FOSTER e DATAR apud LUNKES 2015, p.27).

A principal formação do orçamento é denominada orçamento global que é a junção de dois orçamentos: o orçamento operacional que engloba os orçamentos de venda, orçamento de estoque, orçamento de fabricação, orçamento de custos indiretos de fabricação e orçamentos das despesas departamentais e do orçamento



financeiro que une o orçamento de capital, orçamento de caixa, balanço patrimonial e demonstração do exercício projetada.

Para o Microempreendedor Individual convém destacar a funcionalidade do orçamento de caixa, pois o controle de caixa é uns dos maiores problemas na administração financeira das empresas enquadradas nessa modalidade.

O objetivo do orçamento de caixa é assegurar recursos monetários suficientes para atender as operações da empresa estabelecidas nas outras peças orçamentárias. [...] O orçamento de caixa pode ajudar a empresa a equilibrar o caixa, identificando deficiências de recursos monetários com antecedência, o que pode levar a empresa a buscar empréstimos a juros menores, como também a estimar os excessos de recursos, permitindo projetar investimentos com certa antecedência. (LUNKES, 2015, p.53).

A mais importante demonstração financeira é sem dúvida o Balanço Patrimonial, nele demonstra-se como efetivamente apresenta-se o patrimônio da empresa. Podem ser analisadas as contas a partir da divisão estabelecida entre ativo e passivo e patrimônio líquido.

O ativo fica do lado direito do balanço patrimonial e são os bens e direitos de propriedade da empresa, que são subdivididos em ativo circulante (que são os bens e direitos de maior liquidez da empresa), realizável a longo prazo que segundo Marion (2015, p.42) são “contas que se transformarão em dinheiro mais lentamente. São ativos de menor grau de liquidez (Valores a Receber , mas que levam mais tempo para serem recebidos).” e pelo ativo permanente que basicamente são os bens tangíveis e intangíveis e direitos utilizados pela empresa, onde os bens intangíveis podem ser marcas e patentes e os tangíveis são classificados como móveis e utensílios, imóveis, as instalações em que se encontram e máquinas e equipamentos. E ainda, como exemplo de direitos adquiridos pela empresa, temos os investimentos que segundo Marion (2015) podem ser caracterizados como operações realizadas que não se destinam a atividade operacional da empresa, como: ações e quotas adquiridas pela empresa, aluguel de imóveis a terceiros, compra de terrenos para uma futura expansão e compras de quadro e obras de arte.

Já do lado esquerdo do balanço patrimonial temos o passivo que é dividido entre circulante, o qual representa todas as obrigações com terceiros que devem ser pagas em até um ano e exigível a longo prazo. Como o próprio nome diz são dívidas contraídas a longo prazo, como longos empréstimos e financiamentos. E temos o Patrimônio Líquido que são as obrigações que a empresa tem com seus próprios investidores, ou seja, a obrigação de gerar lucro e obter retorno ao capital próprio de seus acionistas.

Pela análise do balanço pode-se observar a capacidade de liquidez, a situação financeira da empresa comparando seus bens e direitos com as obrigações a curto e longo prazo, a situação econômica a partir da variação monetária do patrimônio líquido, avaliar se houve evolução do patrimônio a partir de comparativo com o ano anterior, ou seja, o balanço patrimonial expõe minuciosamente a situação



patrimonial financeira da empresa e é de importância imprescindível para a gestão da empresa.

Segundo Marion, (2015, p.151) “A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dinâmica que informa os resultados das operações ocorridas ao longo de determinado período.” que tem como objetivo apresentar de forma vertical (dedutiva) a confrontação das receitas e despesas gerando os resultados apurados, ou seja, a DRE demonstra a situação econômica dos resultados operacionais e não operacionais da empresa em um determinado período.

A partir da análise da DRE podem ser observados vários fatores que contribuirão para a tomada de decisão dos gestores da empresa como, por exemplo, a variação da receita, a margem de contribuição e as circunstâncias que geraram o resultado da empresa.

4 O caso de uma escola de idiomas sob a perspectiva contábil

Este estudo apoiou-se, inicialmente, em pesquisa bibliográfica para a formação da base de conhecimento sobre o tema proposto e em seguida apresentou-se um estudo de caso.

4.1 Metodologia

Para conhecer a prática empresarial, buscou-se apoio em um estudo de caso, com o qual foi possível confrontar a teoria com a realidade empresarial e alcançar o objetivo em relação a demonstrar a relevância da contabilidade para gestão e no processo de tomada de decisões pelo Microempreendedor Individual, no curso das operações de suas empresas, para melhorar seu desempenho e aumentar sua capacidade de permanência no mercado.

O critério de seleção utilizado para a seleção da empresa estudada foi pela acessibilidade e disposição da responsável pela microempresa individual em participar do estudo. Os dados foram coletados através de entrevista com a Microempreendedora Individual e pesquisa documental referente os meses entre 07/2015 e 06/2016 e observação das operações empresariais e seus registros contábeis no período de 07/2016 a 06/2017.

4.2 Perfil da empresa em foco e sua formalização

A microempresa individual escolhida para análise é uma escola de idiomas localizada no centro de Franca. A proprietária iniciou sua atividade econômica em julho de 2015, porém, a empresa não foi formalizada desde o início.

A demora no processo de formalização ocorreu devido à falta de informação sobre os regimes de tributação existentes na legislação fiscal brasileira, onde imaginou-se que a legalização da empresa seria impossível considerando o seu faturamento.

Devido às dúvidas que começaram a surgir referente a legalidade da empresa no município e sobre algumas questões da gestão para a tomada de decisões que começaram a fugir do controle, a proprietária decidiu recorrer a uma assessoria contábil.



Após a consultoria contábil, contratada de forma terceirizada, foi apresentado o programa Microempreendedor Individual e a partir daí, deu-se início ao processo de legalização da empresa.

Assim, durante o início do negócio à legalização da empresa, 12 meses, a proprietária administrou seu empreendimento sem auxílio contábil ou administrativo, tudo foi feito com base em seus próprios conhecimentos oriundos da vivência de mercado e com outras empresas do mesmo ramo de atividade, por isso, a empresária encontrou algumas dificuldades na gestão, como: contratos para prestação de serviço e as obrigações como Microempreendedora Individual. Também havia certa dificuldade em apurar o lucro e preparar a previsão das entradas e saídas de recursos financeiros para decidir as possibilidades de investimento na empresa e para qual área deveria destinar os recursos disponíveis em prol do crescimento.

A empresária, a partir da observação dessas dificuldades, entendeu a necessidade de assessoria contábil também para a melhoria dos processos de gestão e passou a utilizar os recursos contábeis no cotidiano da empresa e não apenas para a formalização.

4.3 O papel da contabilidade na gestão empresarial da empresa estudada

No planejamento de negócios da empresa promovido pela contabilidade, foram utilizados recursos como formação de preço de venda, margem de contribuição de lucro, markup, controle de estoque, orçamento operacional financeiro e todas as análises das demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício da empresa para amparar suas decisões operacionais, de investimento e de financiamento.

Após a implantação dos processos contábeis na empresa, foram observadas mudanças em relação aos recursos utilizados para a tomada de decisões, sobre o controle de processos administrativos dentro da empresa e a exatidão na destinação de recursos para investimentos em promoção do crescimento da empresa.

Analisando a relevância da contabilidade aplicada à microempresa individual, a proprietária considera ser de extrema importância, pois em um negócio o qual não há informações e embasamentos teóricos sobre a gestão contábil, inúmeras dificuldades são encontradas no processo administrativo, o que cria um entrave ao crescimento do negócio.

Mesmo com pouco conhecimento, a percepção sobre a implantação da contabilidade na empresa mudou depois que a mesma começou a ser implantada. Segundo a proprietária: “notei que o processo de toda a parte administrativa está mais organizado e compreensível, agora eu tenho uma visão mais ampla da possibilidade de crescimento do meu empreendimento e sei o que fazer para alcançar um objetivo traçado por conta das informações fornecidas pela contabilidade.”.

4.4 Análise de crescimento (DRE e BP)

Foram feitas análises entre os períodos de X1 e X2 com base na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Balanço Patrimonial, número de



alunos e número de funcionários dos dois períodos contábeis da empresa que foi nosso objeto de estudo, no qual X1 denomina-se o período em que ainda não se fazia o uso das ferramentas contábeis na gestão, compreendendo-se sete meses de informalidade e cinco meses após a formalização e no período de X2 demonstra o impacto contábil a partir da implementação de recursos contábeis na atividade.

Quadro 1 Demonstrativo dos períodos analisados

PERÍODO X1 (12 MESES)	07/2015 á 01/2016	Informalidade
	02/2016 á 06/2016	Formalizada e sem auxílio contábil
PERÍODO X2 (12 MESES)	07/2016 á 12/2016	Formalizada e com auxílio contábil
	01/2017 á 06/2017	

Fonte: Elaborado pelos autores

O número de alunos em X2 aumentou em um percentual de 106,67% (porcentagem embasada no aumento real de quinze alunos no primeiro período para trinta e um no segundo período) o que trouxe como consequência a necessidade do aumento em espaço físico e a contratação de um funcionário. O aumento elevou a receita bruta anual, os gastos fixos como: aluguel e gastos com funcionários e também os gastos variáveis, que advém a partir dos gastos com materiais por aluno matriculado.

Foi elaborada a formação de preço de venda apurando a margem de contribuição que seria necessária para o crescimento da escola. Para isso, foi feita também a análise de mercado das escolas de idiomas de Franca/SP para estipular o preço justo e rentável a ser pago pela mensalidade. Depois das análises foi concluído que o preço correto seria R\$ 160,00, o que gera 18,52% de aumento referente à x1, onde o preço era de R\$135,00, apenas embasado na análise mercantil.

A primeira análise se deu com base na DRE, foi averiguado os números de rentabilidade de ambos os períodos. No período de x1, ao auditar os dados do Balanço Patrimonial, notou-se que o lucro obtido era completamente repassado para a pessoa física, o que impossibilitou a aplicação de recursos para a expansão da empresa. Já no segundo período analisado, com devido gerenciamento contábil aplicado, o lucro foi apurado com exatidão e verificou-se que o mesmo se elevou em



R\$ 10.836,05(84,86%) com relação ao período anterior pelo aumento do faturamento em R\$ 35.200,00 (144,86%), conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 Demonstrativo do Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
		X2	X1	EVOLUÇÃO %
	RECEITA BRUTA	R\$ 59.500,00	R\$ 24.300,00	144,86
(-)	DEDUÇÕES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 617,10	R\$ 300,00	105,70
(=)	RECEITA LIQUIDA	R\$ 58.882,90	R\$ 24.000,00	145,35
(-)	CUSTOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 25.248,91	R\$ 11.230,00	124,83
(=)	LUCRO BRUTO	R\$ 33.633,99	R\$ 12.770,00	163,38
(-)	DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 10.027,94	R\$ -	
	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 10.027,94	R\$ -	
	DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ -	
(=)	LUCRO OPERACIONAL	R\$ 23.606,05	R\$ 12.770,00	84,86
(+)	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ -		
(-)	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	R\$ -		
(=)	LUCRO LIQUIDO	R\$ 23.606,05	R\$ 12.770,00	84,86

Fonte: Elaborada pelos autores

Em relação aos gastos fixos, houve um aumento de R\$ 17.827,94 (330,15%) e os gastos variáveis aumentaram em R\$ 6.218,91 (106,67%) conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 Evolução dos Gastos Fixos e Variáveis

GASTO FIXO				
	X1	X2	DIFERENÇA \$	EVOLUÇÃO %
ALUGUEL	R\$ 5.400,00	R\$ 13.200,00	R\$ 7.800,00	144,44
FUNCIONARIO		R\$ 10.027,94	R\$ 10.027,94	
TOTAL	R\$ 5.400,00	R\$ 23.227,94	R\$ 17.827,94	330,15%

GASTO VARIÁVEL				
	X1	X2	DIFERENÇA \$	EVOLUÇÃO %
FORNECEDOR	R\$ 1.870,00	R\$ 4.581,50	R\$ 2.711,50	145,00
FUNCIONAMENTO	R\$ 3.960,00	R\$ 7.467,41	R\$ 3.507,41	88,57
TOTAL	R\$ 5.830,00	R\$ 12.048,91	R\$ 6.218,91	106,67

Fonte: Elaborado pelos autores

Todavia, apesar do aumento dos gastos fixos pode-se observar aumento na margem de contribuição por mensalidade, conforme Tabela 3. Estrutura favorável ao crescimento da atividade da MEI permitindo maior números de alunos e, portanto, maior lucro.



Tabela 3 Margem de Contribuição

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO			
		X2	X1
	PREÇO DE VENDA	R\$ 160,00	R\$ 135,00
(-)	GASTOS VARIÁVEIS	R\$ 32,39	R\$ 15,67
(=)	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 127,61	R\$ 119,33
(-)	GASTOS FIXOS	R\$ 62,44	R\$ 30,00
(=)	LUCRO	R\$ 65,17	R\$ 89,33

Fonte: Elaborado pelos autores

Com a classificação dos gastos fixos e variáveis foi possível elaborar o Ponto de Equilíbrio Contábil e o Ponto de Equilíbrio Econômico para melhor análise da estrutura de gastos da empresa e as possibilidades de estabelecer metas de lucros, conforme Tabelas abaixo.

Tabela 4 Ponto de Equilíbrio Contábil

$\text{PEC}_{X2} = \frac{\text{GASTOS FIXOS ANUAL}}{\text{MC}} = \frac{\text{R\$ } 23.227,94}{\text{R\$ } 127,61} = 182$	MENSALIDADES NO PERÍODO
	15 ALUNOS POR MÊS
$\text{PEC}_{X1} = \frac{\text{GASTOS FIXOS ANUAL}}{\text{MC}} = \frac{\text{R\$ } 12.770,00}{\text{R\$ } 119,33} = 107$	MENSALIDADES NO PERÍODO
	9 ALUNOS POR MÊS

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 5 Ponto de Equilíbrio Econômico

$\text{PEE}_{X2} = \frac{\text{GASTOS FIXO} + \text{LUCRO META}}{\text{MC}} = \frac{\text{R\$ } 23.227,94 + \text{R\$ } 23.606,05}{127,61} = 367$	MENSALIDADE NO PERÍODO
	31 ALUNOS POR MÊS
$\text{PEE}_{X1} = \frac{\text{GASTOS FIXO} + \text{LUCRO META}}{\text{MC}} = \frac{\text{R\$ } 5.400,00 + \text{R\$ } 12.770,00}{119,33} = 152$	MENSALIDADE NO PERÍODO
	13 ALUNOS POR MÊS
$\text{PEE}_{\text{PROJETADO}} = \frac{\text{GASTOS FIXO} + \text{LUCRO META}}{\text{MC}} = \frac{\text{R\$ } 23.227,94 + \text{R\$ } 40.000,00}{\text{R\$ } 127,61} = 495$	MENSALIDADES AO ANO
	41 ALUNOS POR MÊS

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, foi possível apurar as informações necessárias para realizar a análise das contas do BP e dessa forma decidir para onde os recursos disponíveis serão destinados e quais serão as ações posteriores para expansão da empresa a serem tomadas.



Tabela 6 Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	x2	x1	EVOLUÇÃO%		x2	x1	EVOLUÇÃO%
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES	R\$ 23.606,05			FORNECEDORES	R\$ 381,79	R\$ 155,83	145,00
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 4.958,33	R\$ 2.025,00	144,86	DUPLICATAS A PAGAR	R\$ 124,10	R\$ 289,17	-57,08
ESTOQUE				OBRIGAÇÕES FISCAIS			
				IMPOSTOS A RECOLHER	R\$ 52,85	R\$ 50,00	5,70
				OBRIGAÇÕES TRABALHISTA			
				OBRIGAÇÕES COM PESSOAL			
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PRO-LABORE A PAGAR			
INVESTIMENTOS				SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	R\$ 1.076,20		
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIA				OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
IMOBILIZADO	R\$ 5.050,00	R\$ 1.300,00	288,46	INSS A RECOLHER	R\$ 32,29		
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS				FGTS A RECOLHER	R\$ 86,10		
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA							
MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 5.050,00	R\$ 1.300,00	288,46	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
(-)DEPRECIACÃO ACUMULADA	R\$ 505,00	R\$ 130,00	288,46	EMPRESTIMOS A LONGO PRAZO	R\$ 3.750,00	R\$ -	
				FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO			
				PATRIMONIO LIQUIDO			
				CAPITAL SOCIAL	R\$ 4.000,00	R\$ 2.700,00	48,15
				RESERVA DE CAPITAL			
				LUCROS ACUMULADOS	R\$ 23.606,05		
TOTAL ATIVO	R\$ 33.109,38	R\$ 3.195,00	936,29	TOTAL PASSIVO	R\$ 33.109,38	R\$ 3.195,00	936,29

Fonte: Elaborada pelos autores

No Ativo Não Circulante, analisou-se a conta do ativo imobilizado que de x1 para x2 aumentou em R\$ 3.750,00 (288,46%). Não foi destinada nenhuma parte do lucro da empresa ao investimento no imobilizado, pois a operação de compra dos ativos ocorreu no início do período de x2 onde a empresa ainda não detinha lucros pela falta de repasse correto dos mesmos em prol da empresa no período anterior. Optou-se, portanto, adquirir um empréstimo de longo prazo a juros de 0,35% a.m., solicitado no Banco do Povo Paulista.

Ficou definido que os gastos anuais com fornecedores seria a contrapartida dos gastos variáveis com alunos, pois o parcelamento de materiais sem incidir juros no pagamento seria mais vantajoso do que o pagamento a vista, onde há a segurança de dinheiro em caixa para eventuais imprevistos. A obrigação com fornecedores teve um aumento de R\$ 2.711,50 (145%) de um período para o outro em proporção ao aumento de alunos.

O MEI proporcionou a possibilidade de estruturação e estabilização da escola de idiomas no mercado, por sua baixa carga tributária e processo desburocratizado. Porém a alternativa é limitada. O empreendimento detém capacidade ociosa no espaço físico e como a renda está quase chegando ao limite máximo permitido pelo MEI, a empresária não pode abrir mais inscrições para a realização de novas matrículas no período para não estourar o limite de receita.



Portanto, como o objetivo de toda empresa é o crescimento, a empresária, depois de todo o auxílio contábil, decidiu que no próximo exercício irá mudar para a modalidade de Microempresa que está um degrau acima do MEI, pois agora já possui os recursos necessários para se manter e continuar expandindo seu negócio em um novo regime de tributação com um limite maior de ganho de receita.

Considerações finais

Pretendeu-se neste trabalho demonstrar que a percepção do Microempreendedor Individual em relação à informação contábil, promovida pelo contador, pode ser alterada quando se utiliza dos recursos contábeis como auxílio na gestão empresarial para a tomada de decisão. Mesmo que o faturamento do MEI seja inferior a todos os outros regimes tributários, a busca pelo auxílio contábil para o crescimento, a competitividade e a continuidade no mercado deve ser objetivo em comum entre todas as empresas independentes do seu porte.

Diante do estudo de caso apresentado, observou-se que a percepção do Microempreendedor Individual sobre a contabilidade pôde ser alterada, em resposta ao problema proposto neste estudo. Após a implementação de métodos contábeis na gestão do seu negócio, houve melhorias significativas no controle de processos corriqueiros como: trabalhistas, financeiros, administrativos e fiscais que auxiliam no processo da geração da informação contábil.

O papel do contador teve destaque para o crescimento da empresa estudada, visto que, a empreendedora não possui conhecimento teórico e prático para gerar as informações contábeis para o processo da tomada de decisão, portanto, a intervenção do contador na gestão do MEI foi de suma importância para a eficácia dos controles e análise de investimentos que promoveram o crescimento da empresa e a qualidade com que a mesma sobrevive no mercado.

O presente estudo permitiu mostrar que o MEI, quando utiliza recursos promovidos pela contabilidade no auxílio da gestão de sua empresa, obtém melhores resultados em seus controles internos e respostas positivas perante o mercado. Dentro dessa situação, conclui-se que a contabilidade se configura como uma relevante protagonista para o cenário do Microempreendedor Individual na



busca de eficiência em suas decisões e no controle das atividades para melhorar seu desempenho e aumentar sua capacidade de permanência no mercado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei Complementar nº155 de 27 de outubro de 2016. **Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm>. Acesso em: 23 de jul. de 2017.

CAIXA. **O que é SEFIP**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/fgts-empresas/SEFIP-GRF/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 24 jul. de 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos** – 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

LUNKES, Rogério João. **Manual de Orçamento** - 2.ed. - São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial** – 17 ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

MEGLIORINI, Evandir. **Custo: análise e gestão** – 3.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

PAPP, Anna Carolina; GERBELLI, Luiz Guilherme. **Trabalhadores informais chegam a 10 milhões no País**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalhadores-informais-chegam-a-10-milhoes-no-pais,10000071200>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **O que é?** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. **Lista completa de Atividades permitidas ao MEI**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/atividades-permitidas/lista-completa-de-atividades-permitidas-ao-mei>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

_____. **Cuidados**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/cuidados>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. **Como se inscrever**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/como-se-inscrever>>. Acesso em: 23 jul.2017.



SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade: com Ênfase em Micro, Pequenas, e Médias Empresas** – 3. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

SEBRAE. **Contabilidade: O Contador e o MEI**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/artigos/o-contador-e-o-mei,5cfca442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. **Como elaborar o controle de estoque de mercadorias**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-o-controle-de-estoque-de-mercadorias,8e80438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 13 jul.2017.

_____. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2017.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo** – 11.ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

